

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a história de João Felizardo, o rei dos negócios.
Que recebeu uma moeda de herança,
E a trocou por um cavalo.
Um cavalo tão veloz que João Felizardo trocou por um burro.
Um burrico tão lento que João Felizardo trocou por uma cabra.
Uma cabrinha tão esperta que João Felizardo trocou por um porco.
Um porquinho tão sossegado...
que João Felizardo trocou por um pássaro.
Um passarinho tão...
Que voou.
Sobrou uma pena.
Uma pena tão leve... que João Felizardo, o rei dos negócios,
foi feliz por um imenso segundo.
(LAGO, 2007).

Iniciei esta pesquisa com uma hipótese bem delimitada: a da existência de um livro ilustrado específico que demandasse uma nomenclatura própria de modo a diferenciá-lo do livro ilustrado tradicional. O objetivo era verificar sua existência e conhecer suas particularidades, o que me levou no Capítulo 2 à leitura de uma bibliografia bastante específica sobre o tema, buscando por diferentes termos, confrontando-os, colocando-os em diálogo para que, assim, pudesse optar por um deles. Nesse capítulo, conheci melhor o objeto. Não só os termos, mas as definições e as linguagens que o nomeiam.

Descobri que a definição mais recorrente postulava uma interdependência entre as linguagens verbal e visual na leitura da obra. E se a definição de meu objeto de estudo implicava a dimensão da leitura e da recepção da obra, eu precisaria indagar a figura do leitor.

Em geral, entende-se o livro ilustrado como um livro destinado às crianças. Problematizar o que se toma por “infância” tornou-se um gesto decisivo em meu percurso investigativo. No Capítulo 3, busquei questionar as fronteiras demarcadas que situam, de um lado, a cultura da infância e o universo das imagens e, de outro, a cultura do adulto e o mundo da escrita. Percebi que tanto a maneira como a infância era vista socialmente quanto o

modo como a imagem era considerada na leitura influenciariam na definição de meu objeto. Se o livro ilustrado fosse criado e lido por adultos que não consideram a infância e a linguagem visual inferiores, haveria predisposição para encará-lo como um objeto a ser explorado, dentro de suas potencialidades que diferem daquelas experimentadas pela leitura apenas da linguagem verbal.

Caso contrário, dificilmente um adulto legislador — aquele que vê a infância como um tempo a ser superado — despenderia tempo a imagens que, para seu olhar, servem apenas para representar o que a criança ainda não consegue ler pelas palavras. Assim, a exploração das imagens, do branco silencioso, a distensão das sensações que da pausa podem advir, como em *Fico à espera...* e em *A árvore generosa*, ou a exploração das minúcias de uma imagem caleidoscópica, de pinceladas caóticas tão múltiplas que parecem todas iguais, como na do *João Felizardo*, não existiriam em sua leitura, e a obra seria “apenas” um “livro infantil”.

A partir dessa constatação, precisei rever minhas hipóteses iniciais, pois já não era mais possível sustentar a ilusão de conhecer meu objeto de estudo exclusivamente por suas características intrínsecas, através de termos e definições.

Percebi também que, mesmo que se desconsiderem as potencialidades específicas do livro ilustrado, como na leitura de um adulto legislador, apenas o fato de haver imagem no livro ilustrado já impactará no modo de se ler a obra, pois no processo de leitura, não há na prática uma divisão entre as linguagens — a exemplo do livro *Fico à espera...*, que, por apresentar formato diferenciado e determinado estilo de ilustração, é categorizado como livro infantil, mesmo que se ignorem as ilustrações em sua leitura e que seu universo temático adentre a fronteira do que se considera adulto.

Tal constatação tornou ainda mais complexa a compreensão do meu objeto, pois a partir dessa ideia, todo livro ilustrado traria interdependência entre as linguagens, e tal subcategoria de livro ilustrado não existiria. É inegável, porém, assumir os diferentes graus de interdependência entre um livro como *Fico à espera* e um como *Alice no País das Maravilhas*. A intensidade do diálogo entre as linguagens na leitura deles não é a mesma, mesmo se lido por um adulto legislador.

Assim, apesar de considerar a definição de meu objeto fluida, e assumir que a complexidade desse tipo de livro ilustrado ultrapassa suas características intrínsecas, é preciso aceitar sua existência, cujas particularidades se

afirmaram durante todo o percurso vivenciado durante esta pesquisa. É preciso assumir o *meu olhar*, que, na leitura de João Felizardo, considera o clímax em um virar de páginas.

Assumir sua existência, pontuando a resposta à minha pergunta inicial, torna-se porém quase insignificante diante do trajeto percorrido. Pois mais produtivo que concluir esta reflexão, oferecendo uma resposta final, é propor um olhar para o objeto que subverte fronteiras muito demarcadas entre a cultura da infância e da imagem e a cultura do adulto e da palavra. Assim como João Felizardo, que no início usa os adjetivos como verdades que motivam as trocas de bens, persegui no início deste trabalho os adjetivos (no meu caso, “ilustrado” e “infância”) em uma tentativa de categorizá-los. E assim como no caso de Felizardo, descubro que categorizar tais adjetivos tornou-se uma pena leve diante da perspectiva de me libertar de tantos paradigmas trazidos por eles.